



ATA N.º 3/2019

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2019
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 25 DE FEVEREIRO DE 2019

-----No dia 25 de fevereiro de 2019, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de fevereiro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO - Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Luísa Silva Santos Pereira
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins



Fl. 22v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Pedro Miguel da Silva Glória

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	Sessão	Emídio Jacinto Grilo
PSD	Emídio Jacinto Grilo	Sessão	Fernando Ramos Bernardo
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza	Sessão	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	Sessão	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes	Sessão	Maria Luísa Silva Santos Pereira
PAN	Margarida Maurício Correia	Sessão	Vasco Manuel Martins Reis
PAN	Vasco Manuel Martins Reis	Sessão	Pedro Miguel da Silva Glória

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicada:

PARTIDO	NOME/CARGO DA MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:

-----O Sr. Francisco Gaspar, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagos (CPCJ), fez a apresentação da Campanha Contra os Maus Tratos Infantis, a decorrer no mês de Abril, a qual tem como símbolo um Laço Azul. Referiu que qualquer pessoa que tenha conhecimento de alguma situação de maus tratos a crianças pode, e deve denunciar junto das entidades competentes, mesmo anonimamente. Anunciou que no início do mês de Abril a CPCJ iria fazer chegar a todos os Membros da Assembleia Municipal um pin do Laço Azul, para que os mesmos pudessem assinalar esta campanha ao longo do mês de Abril. Informou que esta campanha iria encerrar no dia 30 de abril, com a formação de um Laço Azul humano, junto ao Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, pelo que convidou todos a participar nesta iniciativa.-----

-----ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta intervenção, entrou na sala os seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.53

-----O Sr. Simão Caetano, tomou a palavra para solicitar informação sobre a Taxa Turística em Lagos, dado considerar haver um vazio de informação relativamente ao assunto, por parte da Câmara Municipal. Referiu que pessoas ligadas ao Alojamento Local e à hotelaria, estariam disponíveis para reunir com a Câmara Municipal de Lagos, com o objetivo de obterem esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro, tomou da palavra para se referir à plantação, em



Fl. 23v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

grande escala, de abacateiros na zona de Barão de S. João e às preocupações ambientais que esta monocultura estava a levantar. Referiu que as várias entidades com responsabilidades sobre o assunto (Agência Portuguesa do Ambiente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve, etc.) “empurram” as situações de umas para as outras. Disse que a fiscalização tinha realizado uma ação, culminado a mesma com duas coimas relacionadas com mobilização de solos e com violação ambiental referente à intervenção em reserva ecológica. Referiu haver necessidade de ser realizado um Estudo de Impacto Ambiental a partir dos 100 hectares. Constatou o facto do processo cumulativo, relativamente a terrenos para plantação de abacateiros, não estar a ser considerado, acumulando o mesmo cerca de 300 hectares, sem a existência do respetivo Estudo de Impacto Ambiental. Disse que as Autarquias não têm competências sobre este assunto, mas têm responsabilidade sobre o seu território, pelo que apelou à Assembleia Municipal no sentido deste Órgão solicitar à Câmara Municipal que se prenuncia-se sobre o facto do PDM de Lagos, e outros Planos de Ordenamento do Território, estarem a ser cumpridos, ou não, e sobre medidas tomadas relativamente à violação da reserva ecológica, ou seja, sobre tudo aquilo que se pode verificar a olho nu nos terrenos em causa, incluindo o suprimento de caminhos pedonais e de vias rurais.-----

-----O Sr. Alexandre Albuquerque, começou por dizer que, como habitante de Lagos, tinha pena do estado atual da Cidade, uma vez que a mesma estava a decrescer em termos de qualidade. Referiu que, ao longo de todo o ano, constata a falta de limpeza e de segurança, por toda a Cidade, no entanto onde tais faltas se verificam, com mais gravidade, é no centro histórico de Lagos, sobretudo no Verão. Disse que como jovem e habitante de Lagos, tem como objetivo estudar e tirar uma formação superior, para depois voltar à Cidade de Lagos, mas se a situação atual se mantiver, pondera não voltar. Por isso considerou-se no direito, e com o dever, de apelar a todos os governantes autárquicos, atuais e futuros, no sentido de resolverem os problemas referidos.-----

-----O Sr. António Santos, começou por acusar a Câmara Municipal de Lagos de desumanidade para com os sem-abrigo de Lagos, no presente Inverno, por não ter encontrado uma solução para que estes pernoitassem num local com condições. Referiu que a Cidade continua a ser frequentada por vândalos, que se fazem acompanhar por cães, e que intimidam as pessoas, como já aconteceu com ele próprio. Acusou a PSP de nada fazer relativamente à situação. Considerou que o Estado português e a Câmara Municipal de Lagos, se tinham demitido relativamente à segurança em Lagos, pelo que augura um final infeliz relativamente a esta situação e anunciou a organização de uma grande manifestação em Lagos, relacionada com a falta de segurança, se nada for feito pelas autoridades competentes. Disse que o centro da cidade está cheio de buracos, abertos aparentemente para realização de obras, mas não existe informação sobre tal. Dirigindo-se à Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Lagos, com o pelouro da Cultura, Sara Coelho, disse que tinha sido realizado um evento cultural na Biblioteca Municipal, mais concretamente a



tertúlia sob o título “É o Amor, e Depois?”, e na sua opinião a ausência da Sra. Vereadora foi inapropriada. Indignou-se com a situação que estava a acontecer na Venezuela e com todo o sofrimento pelo qual estavam a passar os portugueses que lá vivem, pelo que apelou à Assembleia Municipal que tomasse uma posição sobre o assunto.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 394/2018 a 55/2019, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 330/2018 a 47/2019, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pela Mesa: “Faleceu no passado dia 19 de fevereiro, o Sr. Joaquim Gaspar dos Reis. O Sr. Joaquim Gaspar dos Reis, Lacobrigense, nasceu na Freguesia de São Sebastião, a 18 de janeiro de 1934. Exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, entre 1977 e 1982. Nos Mandatos Autárquicos de 1977/79 e de 1980/82, foi Membro da Assembleia Municipal de Lagos, como Presidente de Junta de Freguesia, tendo ainda exercido o Cargo de Membro da Assembleia Municipal de Lagos, no Mandato Autárquico de 1990/93. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos, na sua Sessão Ordinária de fevereiro/2019, realizada no dia 25 de fevereiro de 2019, delibera: 1 - Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Gaspar dos Reis, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2 - Expressar as suas sentidas condolências à família do Sr. Joaquim Gaspar Reis. 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que o nome do Sr. Joaquim Gaspar dos Reis, passe a constar na toponímia municipal.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 25/AM/2019**

-----Aprovada, por unanimidade, o Voto de Pesar, apresentada pela Mesa.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Sr. Joaquim Gaspar dos Reis.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O dia 8 de Março, declarado Dia Internacional da Mulher, assinala uma data histórica na luta das mulheres em defesa dos seus direitos. Uma data que passou a ser uma referência no mundo inteiro em memória da coragem e do sacrifício de operárias têxteis de Nova Iorque, assassinadas por lutarem pela redução do horário de trabalho e contra a discriminação salarial e exploração a que estavam sujeitas. Em Portugal, no tempo



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

do fascismo a data era celebrada, em condições de clandestinidade, por organizações de mulheres reivindicando igualdade e melhores condições de trabalho e de salário. É com a Revolução de Abril que as comemorações do Dia Internacional da Mulher se realizam pela primeira vez, em liberdade e democracia, unindo e mobilizando muitas mulheres para a luta nos vários domínios da vida do País. Ao longo deste tempo, a ideologia dominante tem procurado subverter a história e o significado do Dia Internacional da Mulher com ações de caráter consumista e alienante para desviar as atenções dos problemas que, de facto, afetam as mulheres, tentando destruir o sentido das suas lutas, com vista à apatia e à indiferença. A realidade demonstra-nos, todos os dias, a importância da celebração do dia 8 de Março e a importância da luta das mulheres. Portugal continua a registar níveis gravíssimos no que diz respeito a violência doméstica, um problema que atinge mulheres de todas as idades, que se reflete na saúde, na habitação, no trabalho, na escola e na vida e no quotidiano de muitas famílias e crianças. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de fevereiro de 2019, delibere: 1. Saudar o Dia Internacional da Mulher, encorajando todas as mulheres a continuar a sua justa luta, pela cultura e o progresso da Humanidade, contra as desigualdades, violências e discriminações, por uma verdadeira política de igualdade, paz e justiça social. 2. Enviar esta saudação à comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Saudação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 26/AM/2019**

-----Aprovada, por unanimidade, a Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Os centros das cidades turísticas ou que têm o turismo como principal fonte e pilar da sua vida económica, são normalmente e frisamos normalmente, o seu cartão de visita, a sua cara e o local de encontro dos seus habitantes e visitantes. Na nossa cidade, a nossa histórica cidade, onde todos vivemos e gostamos de receber quem nos visita, é esta uma amostra, das infelizmente várias que demonstram a incapacidade que o Executivo camarário tem de compreender esta simples realidade. Em última análise uma falta de respeito pelos munícipes Lacobrigenses! O Partido Social Democrata vem recomendar à Câmara Municipal a reparação imediata dos equipamentos e mobiliário existentes nos locais mencionados e que tome as medidas necessárias à elaboração de um plano de manutenção periódica para que esta lamentável situação não se volte a repetir.”-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que existem bancos com falta de manutenção, mas esta tem sido feita, no entanto existem bastantes ao longo do Concelho e em especial na área da Freguesia de S. Gonçalo de Lagos. Informou ainda que a Câmara Municipal começou um projeto no sentido de substituir os bancos. Referiu que estava a ser desenvolvido um procedimento no sentido de serem intervencionadas as diversas



fontes existentes no Concelho. Terminou dizendo que não via a necessidade da apresentação da presente Moção.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se o Grupo Municipal do PS concordava com os arranjos dos bancos existentes na Rua Portas de Portugal.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que estava previsto o arranjo dos bancos referidos e referiu ter conhecimento dos constantes atos de vandalismo sobre diverso o mobiliário urbano.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	-	2	1	1	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 27/AM/2019:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Maria Clara Rato (PS): “Logicamente que o PS e o Executivo são a favor do arranjo dos bancos, agora o que se pede aqui na Moção é a reparação imediata, ou seja, aprovamos a Moção e amanhã todos os trabalhadores da Câmara estavam a reparar bancos, quando isto há calendarizações, quando entretanto estão a ser entregues bancos na Junta de Freguesia para serem montados e quando, como disse ali o Presidente da Junta, há constantes atos de vandalismos e vandalização dos ditos bancos. Portanto, nós não somos contra a reparação, somos sim contra a reparação imediata.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Na sequência da nossa proposta na discussão das Grandes Opções do Plano para 2019 considerámos que a construção de uma nova escola de 2.º e 3.º Ciclos no espaço ocupado pelo antigo Ciclo é um erro urbanístico estratégico e limitador da qualidade de vida futura daquela zona da cidade. Na realidade o plano e o edificado urbano, tanto o construído como o já aprovado para construção, cria naquela zona uma concentração de prédios e serviços que são necessariamente servidos por vias rodoviárias que neste momento já se congestionam bastante nos meses de verão. Para o Partido Social Democrata, é um erro sobrecarregar ainda aquela zona com mais uma escola com o inevitável aumento de tráfego automóvel que daí advirá. A nossa proposta seria a criação de um Parque Urbano/Jardim, com estacionamento onde hoje está o parque de estacionamento em Terra Batida/Touvenant criando ali uma zona integrada de lazer que serviria toda aquela zona urbana. Poderia funcionar como Parque da Juventude interligando os equipamentos próximos do Clube de Ténis de Lagos, equipamentos para jovens, Pistas de Skates e Parque Infantil e até aproveitar o Pavilhão Polidesportivo já existente, podendo inclusive construir-se uma nova Biblioteca Municipal com melhores condições de acessibilidade. Criava-se naquela zona uma



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

área verde e de quebra da densidade de construção que irá surgir no futuro e que naquela zona da cidade é inexistente. Sendo que neste momento o espaço em questão já se encontra desocupado de prédios e pelo que sabemos não está formalizado nem tomada qualquer decisão política definitiva para o uso daquela área, propomos que se recomende à Câmara Municipal a realização de um concurso de ideias aberto aos cidadãos a fim de serem apresentadas propostas de utilização da mesma.”-----

-----O Sr. Pedro Glória (PAN) congratulou-se e subscreveu a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a Moção apresentada, é o um dos temas que constava no programa eleitoral do PSD, apresentado na última eleição para a Autarquia.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que é importante a população participar em situações como a que está a ser apreciada. Perguntou se o concurso de ideias é viável.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU tinha apresentado a proposta de ser lançado um concurso de ideias para o espaço em causa, na Câmara Municipal, em dois mil e dezasseis, tendo a mesma sido reprovada. Referiu que quando é proposto a abertura de um concurso de ideias, o proponente não deve dar ideias. Disse que a novidade, desde dois mil e dezasseis, relativamente ao local em questão, é a de que a Carta Educativa propõe a construção de uma nova escola, a qual a Câmara Municipal sugere que seja feita no local em causa, pelo que perguntou à Câmara Municipal se a construção de uma nova escola EB 2, 3 em Lagos, ia ser no local em causa.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a ideia é que o concurso de ideias seja o mais aberto possível de modo a que todos os cidadãos possam participar, no entanto tomou o Grupo Municipal do PSD a liberdade de dar algumas sugestões.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o que poderá vir a ser feito no terreno em causa não passará por uma aprovação de um Moção na Assembleia Municipal, considerando que a aprovação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, iria condicionar um espaço público. Anunciou o voto contra do Grupo Municipal do PS, uma vez que considera a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD como extemporânea e que não tem viabilidade de execução no imediato.-----

-----O Sr. Pedro Glória (PAN) disse que a posição do Grupo Municipal do PS inviabiliza qualquer discussão sobre o que se possa fazer no local, situação com a qual não concorda. Lembrou que a cidade tem carência de um parque de lazer. Referiu que uma Câmara Municipal não pode olhar para as situações na ótica da rentabilização.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que lhe custava ouvir a argumentação feita, relativamente ao assunto em apreciação, por parte do Grupo Municipal do PS. Referiu que o Grupo Municipal do PSD representa muitos lacobrigenses e por isso tem a obrigação de propor assuntos de interesse para os munícipes e para a cidade, na ótica do PSD. Disse que a Moção não limita nada, apenas propõe um debate de



ideias.-----
-----A Sra. Ana Natacha (BE) disse que a ideia com que ficou relativamente à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, foi de que estava a ser proposto a abertura de um concurso de ideias e não a impor as ideias do PSD. Referiu que a ideia que tem, relativamente ao terreno em causa, é que o destino do mesmo será o de lá ser construída uma nova escola, pelo que solicitou esclarecimentos relativamente a esta sua questão.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o espaço em causa, nos Planos de Ordenamento do Território, está como sendo um espaço para equipamento. Referiu que anteriormente foi o espaço de uma escola do segundo e terceiro ciclo do ensino básico. Disse que a Carta Educativa aponta para a construção, em Lagos, de uma Escola EB 2, 3, pelo que o espaço em causa será o indicado para tal, uma vez que, aquando da construção da Escola Tecnopolis, já existia a intenção de requalificar a EB 2,3 n.º 1 de Lagos, que ocupava o espaço, mas que, por questões financeiras, não se concretizou tal intenção. Referiu que a construção do novo edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no atual local, tinha como objetivo promover a cidade administrativa na zona, ou seja, que fosse o local onde se situassem os serviços administrativos locais e do Estado, como por exemplo um edifício para o Arquivo Municipal. Disse ainda que a construção de uma Escola EB 2,3 no local é uma mais valia. Em relação a espaços verdes, disse que os mesmos existem e melhor irão ficar aquando da conclusão do Anel Verde.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse concordar com o concurso de ideias, uma vez que as mesmas se traduzem em mais valias e na participação da população no desenvolvimento do Concelho, no entanto, para o espaço em causa, existem condicionantes e as mesmas foram evocadas pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, pelo que anunciou a abstenção do Grupo Municipal LCF relativamente à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	-	0	0	0	2
ABSTENÇÕES	0	0	3	-	2	1	1	7
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	0	0	0	15

----- **DELIBERAÇÃO N.º 28/AM/2019:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Considerando que: 1 – Em 2019 se irão realizar três grandes momentos eleitorais, sendo eles: a) a 26 de maio – Eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu; b) a 22 de setembro - Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira; e c) a 6 de outubro - Eleição da Assembleia da República. 2 – O número de votantes, nas eleições Autárquicas de 2017 foi inferior àquele que foi registado em 2009, existindo um número de



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

cidadãos e cidadãs eleitores superior em 2017. 3 – Se pretende assegurar a participação do maior número de cidadãs e cidadãos eleitores em todos os processos eleitorais, por forma a que a decisão dos mesmos seja o mais fidedigna possível à vontade da população total/geral do País; 4 - Existem muitas localidades no País com poucas mesas de voto e em que as mesmas se encontram a uma grande distância da maioria da população; 5 - A distância entre a residência e a mesa de voto e a falta, ou menor, rede de transportes públicos ao Domingo, promove a abstenção dos eleitores; 6 - Também o custo dos transportes deverá ser tido em causa no fator de abstenção dos eleitores, uma vez que, existem muitas cidadãs e cidadãos a auferir reformas ou pensões de valor extremamente baixo; 7 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente quanto ao direito destas a exercer o seu direito de livre escrutínio; 8 - Deve ser assegurado a todos e todas o direito a poder eleger os seus representantes; 9 - Dispõe o município de atribuições na área dos transportes, nos termos do artigo 23.o do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. 10 - Fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em cada município, existe já organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região. Este transporte escolar constitui uma alternativa a ser utilizada nos dias das eleições para transportes dos eleitores até ao seu local de voto. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 25 de fevereiro de 2019, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k), DELIBERA: - Exortar a Câmara Municipal de Lagos a garantir económica e funcionalmente o transporte gratuito de todos e todas, no dia de cada um dos atos eleitorais, junto do sector público e/ou privado do seu município, por forma a garantir o livre escrutínio de toda a população, sem que o fator económico possa interferir no seu livre arbítrio.”-----

-----A Sra. Ana Natacha (BE) anunciou a retirada da Moção, dado que o Grupo Municipal do BE tomou conhecimento, após ter apresentado o documento, que o serviço sugerido na Moção, já era garantido.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Considerando que: (i) O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades; (ii) A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo; (iii) Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs. (iv) Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica; (v) Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo



crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017). (vi) Apesar de, passados 18 anos, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande; (vii) Só este ano, 2019, já foram assassinadas 10 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente. (viii) Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invisíveis. (ix) Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017, as participações do crime de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos. (x) Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros. (xi) O parlamento português tem tido, em especial no último ano, várias discussões e apresentação de várias iniciativas legislativas referentes a esta problemática específica da violência doméstica e violação, de onde destacamos: a. Projeto de Lei 976/XIII (BE) – Altera o Código Penal, reforçando o combate à violência doméstica, sexual e sobre menores (46.ª alteração ao Código Penal); b. Projeto de Lei 977/XIII (BE) – Altera o Código de Processo Penal, alargando a possibilidade de aplicação de prisão preventiva e limitando a aplicação da figura da suspensão provisória de processo (31.ª alteração ao Código de Processo Penal); c. Projeto de Lei 978/XIII (BE) – Cria os Juízos de Violência Doméstica; d. Projeto de Lei 1013/XIII (PAN) - Procedê à alteração do artigo 41.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, reforçando os trâmites de cooperação das entidades empregadoras com os trabalhadores vítimas de violência doméstica; e. Projeto de Lei 1017/XIII (CDS) – Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica ou maus tratos; f. Projeto de Lei 1047/XIII (PAN) – Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de violação, adaptando a legislação à Convenção de Istambul ratificada por Portugal; g. Projeto de Lei 1058/XIII (BE) – Procedê à alteração dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal, em respeito pela Convenção de Istambul (47.ª alteração ao Código Penal); h. Projeto de Lei 1105/XIII (BE) – Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33.ª alteração do Código de Processo Penal); (xii) Parte das propostas estão em especialidade, outras foram já rejeitadas, mas, no geral, o que se tem depreendido do debate público sobre estas matérias é que existe pouca vontade política para fazer



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

alterações à legislação. O argumento tem sido de que é preciso investir mais na formação dos e das profissionais. (xiii) Concordando com a necessidade permanente de existir formação, os números indicam claramente que isso não chega. Tudo o que se fizer neste âmbito, seja de nível nacional ou local, será sempre pouco enquanto o número de feminicídios for tão elevado. (xiv) Lembramos que, desde 2007, o Bloco de Esquerda propõe a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas várias fases do processo e nas várias entidades. Apenas agora o Governo está a dar início a este caminho: é positivo, mas já vem tarde. (xv) A gravidade da situação não se coaduna com o rejeitar de possíveis alterações à legislação, ora porque haverá sempre juizes ou juizas que tomam más decisões, ora porque o que é preciso mudar são as mentalidades. Ignorar, por exemplo, que o enquadramento legal atual potencia as penas suspensas para penas abaixo de 5 anos para este tipo de crimes é deixar as vítimas expostas a mais violência. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de fevereiro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: 1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas e próximas semanas, ocorrerão por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género; 2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva; 3. Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas: a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores; b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público; c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes; d. Garantir a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor; e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (stalking), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito. 4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juizes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde. 5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas. 6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Em Portugal, a violência doméstica é a maior causa de morte por homicídio, e o número de vítimas, ano após ano, continua a ser assustador. No nosso País, 85% das vítimas de violência doméstica são mulheres, sem esquecer todos os homens, crianças, jovens e idosos que são vítimas deste fenómeno, 87% dos agressores são do sexo masculino. Estudos



recentes dão conta de que o fenómeno não está a diminuir entre os jovens, ao mesmo que ganha cada vez maior dimensão entre outros grupos, como é o caso dos idosos. Entre 2004 e 2018 foram mortas 503 mulheres vítimas de violência doméstica e só durante o ano de 2018 foram assassinadas 24 mulheres. Em 2019, ainda no início, já morreram 10 mulheres por violência doméstica, o que significa um acréscimo face aos números registados no mesmo período no ano passado. Saliente-se que muitos destes crimes acontecem na sequência de denúncias de agressões anteriores, o que evidencia as fragilidades no sistema de proteção de vítimas. É verdade que esta é uma matéria que não tem estado fora da agenda política e têm sido acumuladas e intensificadas medidas para pôr fim a esta barbaridade, assistindo-se nos últimos anos a vários progressos com vista ao reforço da prevenção e do combate à violência doméstica e da proteção das vítimas, nomeadamente os planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e de género, as alterações a diversas leis, assim como a ratificação da Convenção de Istambul, em 2013, tendo sido Portugal o primeiro País da União Europeia a fazê-lo. Atualmente, encontra-se em vigor a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não-Discriminação (2018-2030) e o seu Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (2018-2021). No primeiro relatório de avaliação realizado a Portugal após a ratificação da Convenção de Istambul, foram apontadas algumas deficiências que resultaram em recomendações, para melhorar a proteção das vítimas, os procedimentos judiciais contra os agressores e a área da prevenção. Com efeito, a realidade mostra que a situação se está agravando e que muitas mulheres só se sujeitam à continuidade dessas violações porque não têm autonomia económica e forma de manter a subsistência dos seus filhos. Por isso, a única forma de garantir a dignidade real destas mulheres é garantir-lhes formas de subsistência e de vida que lhes permita fazer as opções de vida a que têm direito. Deve haver, assim, um reforço das políticas que valorizem o papel da mulher na sociedade e que eliminem as desigualdades que ainda persistem. As respostas e o combate à violência doméstica passam por muitas frentes e é necessária uma ação concertada entre os vários agentes envolvidos, quer ao nível do País, quer ao do Município. A prevenção e combate à violência doméstica passam também pela educação para a cidadania, o respeito e a igualdade, o que deve ser alargado aos planos curriculares das escolas, para evitar que alguém um dia se torne também uma vítima. Face ao exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos entendem que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Lagos devem dar a maior atenção a esta matéria, pois diz respeito a todos e também existe no nosso Concelho, sendo um crime que não pode ser tolerado, justificado ou banalizado. Assim, propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de fevereiro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1. Contribua para a eliminação da violência doméstica no Concelho, com a adoção de medidas de prevenção e combate, através da elaboração de um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lagos. 2. Crie uma linha de apoio gratuita, uma plataforma online e um guião com informações sobre a violência doméstica, nomeadamente a legislação em vigor, os



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

recursos de apoio, às entidades e contactos locais a que as vítimas podem recorrer, garantindo a inclusão e a acessibilidade plena a cidadãos com necessidades especiais, em articulação com as entidades com intervenção nestas situações e com a rede nacional de combate à violência doméstica. 3. Organize ações e campanhas de sensibilização, informação e alerta relativamente à violência doméstica, com destaque para as escolas e locais onde os jovens se concentram, a comunicação social e a rede social, em articulação com as associações e entidades que desenvolvem trabalho nesta matéria. 4. Promova a regular formação adequada e específica dos profissionais com intervenção direta ou indireta nesta matéria, pelo papel que podem desempenhar junto das vítimas. 5. Informe com regularidade esta Assembleia Municipal das medidas tomadas no Concelho sobre a prevenção e o combate à violência doméstica. E delibere ainda: 1. Exigir do Governo a tomada de medidas para uma maior eficácia na prevenção e combate à violência doméstica, nomeadamente através do reforço do número de agentes no atendimento e apoio às vítimas, do aumento das salas de apoio à vítima cobrindo todo o território nacional e da identificação e eliminação da legislação que rege os procedimentos judiciais ineficazes à prevenção. 2. Enviar a presente deliberação ao Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República, Câmara Municipal de Lagos e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----A Sra. Ana Natacha (BE) fez a apresentação da Moção proposta pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que na Moção apresentada pelo Grupo Municipal onde se lê “já morreram 10 mulheres por violência doméstica”, deve ler-se “já morreram 11 mulheres por violência doméstica” e que a referência à criação de uma linha de apoio gratuito, era para ser retirada do texto.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) propôs que as Moções apresentadas pelos Grupos municipais do BE e da CDU, baixassem à Comissão Permanente, tendo em atenção a pertinência do tema e para que fosse redigido um documento conjunto.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF, concordava com as Moções apresentadas, pelo que anunciou o voto a favor das mesmas, por parte do Grupo Municipal LCF.-----

-----O Sr. José Jácome (PS) (2.º Secretário) disse que o assunto do combate à violência tem que ser tratado com muita seriedade, tendo considerado a intervenção, no Período das Intervenções do Público, proferida pelo Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagos, como muito importante.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU não via nenhuma vantagem no facto dos documentos baixarem à Comissão Permanente, pelo que não concordava com a proposta, nesse sentido, feita pelo Grupo Municipal do PS. Referiu que o facto dos documentos em questão não baixarem à Comissão Permanente, não impede que o assunto seja tratado na Comissão.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que a vantagem dos documentos baixarem à Comissão Permanente seria a de ser elaborado um único documento, trabalhado por todos os Grupos Municipais.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não via inconveniente em serem



votados mais do que um documento sobre o mesmo assunto.-----
-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse manter a opinião de que seria mais interessante ser aprovado um documento único sobre o assunto. Referiu que uma vez que os Grupos Municipais proponentes não são da mesma opinião solicitou esclarecimentos ao Grupo Municipal do BE sobre o documento apresentado. Disse que o combate à violência cabe a todos.-----
-----A Sra. Ana Natacha (BE) disse que o documento apresentado pelo Grupo Municipal do BE é esclarecedor.-----
-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	-	2	1	0	8
ABSTENÇÕES	15	0	0	-	0	0	1	16
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 29/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Paulo Toste (PS): “O PS absteve-se nesta votação tendo em consideração a abrangência e a dificuldade de interpretação de alguns dos seis pontos que estão contemplados para deliberação.”-----

-----Seguidamente passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Os Correios, ao longo de mais de cinco séculos, asseguraram por toda a parte o serviço postal com o apreço da generalidade dos cidadãos, granjeando o respeito de todos os utentes. Fizeram-no sempre cumprindo todas as obrigações de um serviço público em benefício das populações e com lucros e benefícios para o erário público. Contrariando esta realidade, em setembro de 2014 os CTT foram privatizados, com um Contrato de Concessão obrigando a empresa a prestar um serviço de qualidade conforme estipulado pela Lei. Contudo, desde a privatização, a estratégia da administração da empresa tem prosseguido um caminho de desrespeito pelas obrigações no que respeita à qualidade do serviço prestado e às condições de trabalho, enquanto aproveitava a rede dos CTT para implantar um Banco a nível nacional. A Administração dos CTT anunciou o despedimento de trabalhadores, a venda de património e o encerramento de estações. Este pacote prossegue o caminho de desinvestimento, descapitalização, sangria da empresa e do seu património, com a distribuição de dividendos aos acionistas muito acima dos lucros registados. Os Correios não são um negócio. São um instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial. O serviço postal deve estar ao serviço da economia e do desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

o investimento na melhoria da qualidade de vida. Segundo notícias referidas na comunicação social, este ano a administração dos CTT vai encerrar no Algarve as estações de Aljezur, Luz, Sagres e Carvoeiro. Considerando a grande importância da estação dos CTT na Vila da Luz para a população local e os prejuízos que o seu encerramento acarreta, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de fevereiro de 2019, delibere: 1. Repudiar a decisão do encerramento da estação dos CTT da Vila da Luz, exigindo a sua manutenção. 2. Solidarizar-se com as populações e as autarquias locais das Terras do Infante na luta contra o encerramento das estações dos CTT na Vila da Luz, Sagres e Aljezur e de Carvoeiro no Município de Lagoa; 3. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Assembleia da República, Governo, Grupos Parlamentares, Administração dos CTT, entidade reguladora ANACOM, às autarquias locais das Terras do Infante e de Lagoa e à comunicação social.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “O Município de Lagos constata, através de informação difundida por parte dos CTT, que a Estação dos Correios Localizada na Freguesia da Luz, mais concretamente na Vila da Luz, encerrará as portas ao público. Tal intenção manifesta um total desrespeito e é totalmente inaceitável pela população da Luz, Almádena e Espiche. Sendo certo que os CTT são hoje uma empresa privada, é inegável a importância dos seus serviços de atendimento e do serviço público prestado a toda a população, residente e não só, sobretudo à população mais idosa nacional e estrangeira. Ter uma Estação de Correios perto da população da Freguesia da Luz, onde se podem pagar contas, receber reformas, ou simplesmente enviar cartas não é um luxo, mas uma necessidade da vida quotidiana; Exatamente porque reconhecemos quer a necessidade destes serviços, quer a consequente revolta da população - que aliás já se manifestou contra o fecho da estação, não podemos alhear-nos do que se está a passar. Assim, a bancada do PS, nesta Assembleia Municipal, reunida a 25 de fevereiro de 2019, propõe a aprovação das seguintes deliberações: 1- Recomendar ao Executivo camarário que continue a apoiar, como tem apoiado, esta reivindicação da população de manter aberta a Estação dos Correios da Freguesia da Luz; 2 - Recomendar a esta Assembleia Municipal que junto dos Deputados do Algarve, das várias forças políticas com assento na Assembleia da República, façam todas as diligências para dar a conhecer a necessidade da existência desta estação dos CTT; e solicitar a intervenção Estatal junto da empresa, com a intenção de continuar a garantir a qualidade do serviço contratualizado, por um lado e por outro, pressionar esta entidade visando a manutenção da Estação de Correios da Freguesia da Luz; 3 - Que a Assembleia Municipal de Lagos dê conhecimento desta intenção da Administração dos CTT, à Associação de Municípios do Algarve e que esta promova todas as diligências no sentido dos CTT não encerrarem a Estação de Correios da Freguesia da Luz. 4 - Congratular com a providência cautelar apresentada pela Câmara Municipal de Lagos.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a apresentação da Moção pelo Grupo Municipal da CDU apresentada.-----



-----O Sr. João Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) disse que tudo continua a ser feito no sentido de evitar o encerramento do posto dos CTT na Praia da Luz, sendo que esse trabalho começou a ser desenvolvido a partir do momento em que surgiu a notícia do possível encerramento do posto. Referiu que todos os Municípios algarvios que estão referenciados como perdedores de posto dos CTT, estão a desenvolver esforços para que tal não se concretize. Disse ainda saber que os CTT não deram o assunto como encerrado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Parlamentar do PCP tinha sido o único a questionar o Governo sobre a situação do encerramento dos postos dos CTT no Algarve, mas que até à data, não tinha recebido qualquer tipo de resposta, ao Requerimento feito em dezembro de 2018.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 31/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 32/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando a oportunidade de alertar a população residente e visitante de Lagos para o grave problema ambiental causado pelas beatas de cigarros jogadas para o chão por fumadores descuidados, lembrando que este resíduo demora até 5 anos para se decompor; Considerando a necessidade de contribuir para a qualidade ambiental urbana, assim como para a atitude cívica do cidadão e tendo ainda em conta o contributo de todos para a promoção da imagem do Município, reverte-se da maior importância a organização de uma campanha subordinada ao lema “Em Lagos, Beatas nos Cinzeiros”. Esta campanha deverá constar de várias ações, mobilizando a comunidade escolar e a população em geral, a saber: - divulgação da campanha através da Revista Municipal, imprensa local, de um panfleto informativo e de um cartaz; - distribuição aos fumadores que frequentam as ruas e praças da cidade de cinzeiros portáteis reutilizáveis (ação a alargar às Freguesias); - instalação de cinzeiros fixos nos locais mais frequentados e estabelecimentos de comércio, restauração e serviços. Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de fevereiro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1. Lançamento da campanha EM LAGOS, BEATAS NOS CINZEIROS, conforme os considerandos e as ações atrás expostos. 2. Dar conhecimento desta deliberação às autarquias locais do Concelho e à comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	0	-	2	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	3	-	0	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 33/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Pode dizer-se que o instrumento musical que identifica o Algarve é o acordeão, que é o instrumento principal do nosso folclore, indispensável nos arraiais, bailes mais típicos e Ranchos Folclóricos, tendo como a expressão maior a dança do corridinho algarvio. Em Lagos, o acordeão tem tido um papel relevante de longa data como expressão da tradição musical local e grande fator da sua divulgação, com destaque para notáveis executantes e compositores lacobrigenses que levaram a nossa música pelo País fora e além-fronteiras. Além dos artistas locais como Manuel Major, António da Chã, Marralheiro, Duarte Ribeiro, António Sagreiro e outros da nova geração, destacam-se os nomes de: - ANATÓLIO FALÉ, concertista em acordeão e viola, professor de Educação Musical e compositor de numerosos trabalhos registados em Portugal na Biblioteca Nacional, na Sociedade Portuguesa de Autores e em editoras estrangeiras. Compôs e executou MÚSICAS para Teatro, Rádio e Cinema, fundou uma Escola de Música por Correspondência e é autor dum Método de Solfejo em 8 volumes, um Método de Acordeão em 20 volumes e um Curso de Viola Moderna em 3 volumes. - ANTÓNIO MESTRE, famoso acordeonista lacobrigense, iniciou os estudos musicais quando criança emigrado com a família em França, começando por vencer um concurso internacional de acordeonistas em Paris. Regressado a Portugal em 1939, António Mestre prosseguiu a carreira de músico como executante e compositor, obtendo grande sucesso em teatro de revista e acompanhando artistas famosos da época, como Amália Rodrigues, Hermínia Silva, Irene Isidro, Laura Alves, Mirita Casimiro, Costinha, Vasco Santana e participou no filme Aniki-Bobó. Fez digressões por países estrangeiros, fixando-se no Brasil, onde conseguiu notável prestígio tocando música portuguesa no seu restaurante O Corridinho em Copacabana e na TV Tupi, com o seu programa Viajando Com António Mestre. Como compositor, registou 31 obras na Sociedade Portuguesa de Autores, entre as quais O Corridinho de Lagos. - TINO COSTA, estudou música, acordeão e órgão na Academia Universal de Acordeão, com Anatólio Falé, tem atuado em Portugal e no estrangeiro em espetáculos de variedades, festivais de acordeão e programas de Rádio e TV. Tem editados mais de 55 singles, 8 LP's e vários CD's e cassetes. Tino Costa participou por três vezes como concertista e uma como presidente do Júri dos Prémios Internacionais de Acordeão em Castelfidardo, onde recebeu também o Prémio Consagração de Carreira e no XI Encontro Europeu de Acordeão em Chartres. Foi ainda sócio fundador da MITO, Associação dos Acordeonistas do Algarve, com sede em Altura, Castro Marim, onde recentemente atuou. No intuito



de reconhecer a importância e o significado da música de acordeão em Portugal e no Algarve, assim como o prestígio alcançado pelos acordeonistas algarvios, em que se destaca a qualidade da participação de lacobrigenses e como merecida homenagem à sua atividade de promotores e divulgadores deste instrumento, da nossa música e do nosso Concelho e ainda como incentivo às novas gerações de acordeonistas. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal Lagos, reunida a 25 de fevereiro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: - 1. A organização de um evento internacional anual ou bienal, em formato de Festival, Concurso ou Encontro, dedicado à música de acordeão, premiando os seus executantes. - 2. Solicitar a colaboração da Mito, Associação de Acordeonistas do Algarve, para trazer a Lagos a sua exposição Alm'Algarvia, dedicada ao acordeão. - 3. Dar conhecimento desta deliberação à comunicação social.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	-	2	1	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 33/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD: “A Assembleia Municipal de Lagos, na sua Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2019, delibera: - Manifestar voto de pesar por todos aqueles que perderam vida nas fronteiras da Venezuela à procura de mantimentos para a sua família.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se o Voto de Pesar fosse extensivo à populações do Iémen, da Somália, do Sudão, àquelas que estão à porta para entrar nos Estados Unidos, das Honduras, da Guatemala, da Síria, da Líbia, ou seja dezenas e dezenas de situações que ocorrem no Mundo, o Grupo Municipal da CDU compartilhava o Voto, assim não o compartilha.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do Voto de Pesar, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	-	0	0	1	21
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	2	0	0	2

-----**DELIBERAÇÃO N.º 34/AM/2019:**

-----**Aprovado**, por maioria, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) fez a seguinte intervenção: “O Partido Social Democrata vai entregar uma série de documentos a esta Assembleia que



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

comprovam que a empresa Frutineves continua a adquirir terrenos na Freguesias de Bensafrim/Barão de São João e Luz para a cultura intensiva de abacateiros. Esta empresa e uma outra financiadas pela multinacional espanhola “Trops” continuam a destruir o património natural destas Freguesias e do nosso Concelho, movendo terras, arrancando sobreiros e outras árvores protegidas, conforme comprovam os autos levantados pela GNR que também se juntam. A tudo isto a Câmara Municipal assiste placidamente e sem reação, apesar dos repetidos alertas, reações e apelos das populações destas Freguesias e do Concelho. Está satisfeita certamente com o uso intensivo do solo agrícola numa área agora muito superior aos 100 (cem) hectares que obrigaria à realização de um Estudo de Impacto Ambiental! Está decerto contente por, tendo estas empresas sede fiscal noutros concelhos, nem sequer qualquer benefício fiscal, desta atividade agrícola nociva para o ambiente, conseguir arrecadar. Ou será que é a balança de pagamentos das exportações dos futuros abacates que a anima? Mais uma vez aqui deixamos o alerta e o testemunho do descontentamento e tristeza de grande parte das populações destas Freguesias pela maneira despiciente como os seus interesses têm sido tratados. Para que no futuro não se diga: Não sabíamos! Solicitamos que estes documentos entregues à Mesa, sejam, posteriormente, enviados à Câmara Municipal e a todos os Membros da Assembleia Municipal.”-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse o seguinte: “1. Considerando que o rigor e a eficácia do trabalho da Oposição, relativamente ao acompanhamento das políticas adotadas no município, passa pelo domínio das informações correlativas aos diferentes níveis da governação; 2. Considerando que a Lei do Estatuto de Oposição prevê uma colaboração institucional rigorosa e comprometida entre o Poder Executivo e os restantes poderes, entre os quais o que esta Assembleia representa, como condição para o bom exercício da atividade política dos seus agentes, garantido assim a salvaguarda dos valores e imperativos democráticos; 3. Considerando ainda o estatuído no CPA - Art.º 86, nº 1, onde se prevê o prazo de dez (10) dias úteis para que o Executivo dê resposta aos requerimentos e outros procedimentos propostos pelos Deputados Municipais; Vêm, os eleitos de LCF declarar que é importante resposta por parte da Câmara Municipal de Lagos aos vários documentos por nós entregues.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) leu a seguinte Declaração: “A propósito das preocupações sobre a sustentabilidade ambiental, social e humana associada à plantação de abacates, no Concelho de Lagos, da responsabilidade da empresa “Frutineves”, cuja implementação nas zonas do Ferrel-Lagos e Barão de S. João, tem vindo a suscitar fortes reações adversas por parte das populações locais pelos riscos de insustentabilidade que o seu projeto representa, e tendo em consideração que: A empresa já adquiriu propriedades com extensão superior a 100 hectares (aproximadamente 120 hectares – ver anexos) devendo, nestas condições, ao abrigo do DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, ser exigido um Estudo de Impacto Ambiental; Foram reportados factos relevantes à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), por parte da GNR, no âmbito do pedido de fiscalização n.º 047/2018-CCDR-Algarve, tendo daqui



resultado um Relatório de Diligência Externa n.º 58/2018 de 14 de outubro, enviado à CCDR-Algarve; No âmbito da alteração da via pública, alteração de topologia e necessidade ou não de avaliação de impacto ambiental, foi elaborado o Relatório de Diligência Externa n.º 107/2018-NPA, foi enviado à CCDR – Algarve, entidade administrativa competente; No que concerne à proteção do arvoredo (corte de sobreiros), foi elaborado o Relatório de Diligência Externa n.º 108/2018, foram levantados dois Autos de Contraordenação e enviados ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve (ICNF), entidade competente para a instrução dos processos; No que concerne à gestão dos recursos hídricos, tendo em conta o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, recentemente aprovado por esta Assembleia, visando a sustentabilidade das populações no seu meio natural, para além das árvores (abacateiros) já plantados, irão crescer mais 40.000 novos abacateiros. Tendo em conta que cada árvore consome um mínimo de 40 litros de água por dia, só nesta nova fase, o consumo de água para rega vai aumentar num total de 1 600 000 litros por dia. Ora, de acordo com o PMAAC, as reservas hídricas, em consequência de uma redução da precipitação prevista, tendem a reduzir-se substancialmente, impulsionando a entrada de água salobra nos lençóis freáticos, pondo em risco a sustentabilidade da agricultura nos anos vindouros. Neste contexto, é imperioso recorrer a todos os meios para promover imediatamente a execução um Estudo de Impacto Ambiental para esta zona. Face ao exposto pede-se à Câmara Municipal de Lagos a recolha e atualização toda a documentação produzida no decurso dos trabalhos de fiscalização e inquirição das diferentes entidades envolvidas, tendo em vista dar conhecimento oficial a esta Assembleia de todo o processo e das conclusões obtidas, em particular sobre a necessidade legal de ser apresentado um Estudo de Impacto Ambiental por parte da empresa em referência.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 29 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 51 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 35/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO ÚNICO - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-614-32.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto e aproveitou para informar que a Câmara Municipal estava a preparar um debate sobre a questão dos abacateiros, com o intuito de esclarecer o



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

assunto de uma vez por todas, para além de já ter questionado as entidades responsáveis sobre o assunto.-----

-----A Sra. Ana Natacha (BE) pergunto em que consistia a Unidade de Intervenção do Comércio Local.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU tem, desde o início, acompanhado a situação dos abacateiros em Lagos, colocando diversas questões às entidades competentes. Solicitou o esclarecimento sobre a implementação das medidas de autoproteção nos Mercados Municipais. Perguntou pelo ponto da situação da 2.ª fase do projeto da Ponta da Piedade. Questionou sobre a situação do edifício onde viveu o Prof. Duval Pestana, sito na Rua Vasco da Gama. Perguntou se já tinha sido feita a escritura da permuta do terreno onde está situado o pavilhão das artes da Escola Júlio Dantas, com o da Câmara Municipal, cedido à Parque Escolar, para fazer a nova entrada da Escola e, para o caso de resposta afirmativa, que procedimento vai ser desenvolvido pela Câmara Municipal, no seguimento da permuta. Relativamente às obras num edifício sito no Chinicato para a GNR, perguntou se já tinha sido lançado o concurso para as mesmas.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o valor relacionado com a venda de água, em comparação com idêntico período do ano anterior, tinha um valor mais baixo, rondando, essa diferença, os quinhentos mil euros, só que tal situação é incongruente, uma vez que parece haver cada vez mais consumidores. Referiu que as perdas de água cresceram cerca de dois por cento. Referiu que uma situação que tem que ser resolvida, diz respeito aos vagabundos que circulam pela cidade acompanhados de cães sem trela, o que não é bom para a imagem turística do Concelho, pelo que perguntou que tipo de intervenção a Câmara Municipal previa desenvolver para acabar com a situação.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) referindo-se às obras no Museu Municipal, perguntou sobre o ponto de situação das mesmas. Disse que os números constantes na Informação, revelam a boa situação financeira do Município e isso é de salutar e enaltecer.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre a 2.ª fase do projeto da Ponta da Piedade, informou estar em desenvolvimento a elaboração do Programa Base, o qual se trata do primeiro dos quatro momentos que fazem parte do projeto de requalificação da Ponta da Piedade, sendo que foram realizadas reuniões com todos os proprietários de terrenos, desde o farol à praia do Pinhão, estando prevista a apresentação deste Programa Base, para breve. Disse que a casa onde viveu o Prof. Duval Pestana é de pertença de um particular, que não tem realizado obras por questões financeiras. Sobre a permuta da parcela de terreno onde está construído um antigo Bloco pertencente à Escola Júlio Dantas, disse que a mesma inicialmente estava destinada para a Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio, mas esta sociedade admite abdicar da mesmas desde que as suas instalações sitas na Praça d'Armas, sejam ampliadas ou cedido o antigo edifício da Guarda Fiscal, pelo que a Câmara Municipal está a trabalhar no sentido de ficar com a posse de tal edifício para cedência e assim ficar com a parcela de terreno em causa, a qual será indicada para a futura sede da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos. Sobre a



obra de requalificação do edifício para a GNR disse que o primeiro concurso tinha ficado deserto, pelo que o mesmo está a ser revisto para voltar a ser apresentado por um valor superior. Sobre a questão dos vagabundos informou que a Câmara Municipal tinha reunido com comerciantes e dentro de dias ia ser realizada nova reunião, agora com a presença da PSP. Sobre as obras no Museu Municipal, disse que as mesmas estavam a decorrer conforme o previsto, estando o término das mesmas previsto para o final de agosto, arrancando a obra de ampliação do museu depois destas concluídas. Sobre a situação financeira do Município, disse que a mesma é estável, mas existirem muitas obras por fazer.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a Unidade de Intervenção do Comércio Local está ligada à revitalização do comércio local relacionada com uma candidatura feita no âmbito da ARU. Sobre a descida do valor relacionado com a venda de água, disse que tal situação está relacionada com a medida que a Câmara implementou no sentido de baixar o valor da água, conforme constava no programa eleitoral do PS nas eleições autárquicas. Disse que a situação financeira do Município é boa, sendo que a mesma permite mexer noutras situações, ponderadamente.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, referiu que as medidas de autoproteção nos mercados municipais estão relacionadas com a colocação em prática dos Projetos de Segurança contra Incêndios, por parte dos colaboradores municipais a exercer funções nos Mercados Municipais. Sobre a perda de água, disse que existe a intenção de substituir os contadores mecânicos por digitais, os quais são mais eficazes em termos de leitura e estão, igualmente, a serem substituídas condutas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), ainda sobre a parcela de terreno situada na escola Júlio Dantas, perguntou se a Câmara Municipal já tinha feito a permuta e tinha passado tal em escritura, uma vez que em terrenos municipais já tinha sido feita a nova entrada para a escola Júlio Dantas. Relativamente às novas instalações para a GNR, disse que há já muito tempo que o processo se arrasta, sem avanços significativos, pelo que perguntou se existia previsão de data para o arranque das obras no edifício sito no Chínicato.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que há processos entre a Administração Local e Central que são difíceis, sendo este das obras do edifício para a GNR um deles. Referiu que a Câmara Municipal já tinha feito todas as escrituras com a Parque Escolar.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Luís Bandarra, relativamente à Recomendação aprovada sobre as beatas, disse que o assunto é uma preocupação da Câmara Municipal, pelo que tem estado a ser trabalhado o assunto. Informou que até ao final do ano, as lâmpadas de vapor de sódio vão ser substituídas por leds, pela EDP, e que as linhas de média tensão vão passar a estar enterradas. Referiu ainda que a Câmara Municipal adquiriu cerca de cinco mil plantas para repovoar os jardins municipais.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que a Câmara Municipal, em conjunto com outras entidades, preparou um programa para



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

assinalar os cinquenta anos do sismo ocorrido no dia 28 de fevereiro de 1969, o qual contará com a presença de Sua Excelência Sr. presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Disse que no seguimento de uma recomendação da Assembleia Municipal, se iria realizar o Congresso das Terras do Infante. Referiu que iria à primeira reunião de Câmara, a realizar-se em março, a aquisição de terrenos na Chesgal para a construção de habitação social. Informou ainda que tinham que ser tratadas em março, algumas das transferências de competências do Estado para a Autarquia e que a Câmara Municipal tinha solicitado uma reunião com a Comissão Permanente da Assembleia Municipal para abordar o tema das comemorações do 45.º Aniversário do 325 de Abril.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 48 minutos.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....